

Juventude temporera

Relações sociais no campo chileno depois do dilúvio

Gonzalo Falabella

Corporação Mancomunal

Tradução de João Carlos B. Alves de Lima

Este trabalho se organiza em torno de três hipóteses que se relacionam: a) o caráter das transformações vividas no Chile, particularmente no setor agro-exportador, e o jovem rural moderno que dali surge; b) o tipo de ação estatal e social que se desenvolvem em vista das características deste novo personagem; e c) o perfil particular destes trabalhadores e a organização e movimento social que, em consequência, deles surgem¹.

Jovens Temporeros² e a Reestruturação Econômica

A hipótese central desta seção sustenta que há uma correspondência entre os jovens deste mundo

¹ O marco mais amplo dentro do qual se desenvolve este trabalho se encontra em Gonzalo Falabella, (1993), “Reestructuración y respuesta sindical: la experiencia en Santa María, madre de la fruta chilena”, em Revista de Economía y Trabajo, N° 2, Segundo Semestre.

² Temporero: trabalhador rural que encontra serviço só em algumas épocas do ano e trabalha sem vínculo empregatício formal. A realidade brasileira, tem no “bóia-fria” o seu equivalente. (N.T.)

moderno que surgiu no campo chileno e o caráter da reestruturação da economia, que exige enorme *flexibilidade* nas relações de trabalho e que, justamente, é uma das características principais destes jovens, particularmente das mulheres. Cabe assinalar que no Chile a reestruturação que teve início há mais de 20 anos, está concluída e abarcou também o Estado, a Sociedade e a Cultura em seu conjunto, diferentemente de outros países onde este processo é recente e basicamente econômico. No campo chileno a profunda reestruturação que resultou da contra-reforma agrária e o fomento das exportações horti-frutícolas e florestais têm correspondência com a profundidade da mudança social vivida pelo setor agrário.³

Os jovens são, por sua idade e circunstâncias de trabalho e vida, mais maleáveis e permeáveis a esta profunda flexibilização de sua existência, em

³ Ver, Falabella, G. (1994), “Temporeros y Campesinos en América Latina. Podán reorganizarse? Cómo?”, trabalho apresentado no Seminário “Social Change in Latin America. Towards the year 2.000”, Universidade de Maryland, College Park, USA, 8 e 9 de abril.

particular das relações trabalhistas trazidas pela economia exportadora. Um bom indicador da profundidade da flexibilização ocorrida é o fato de os contratos de trabalho temporários no setor frutícola serem de uma a três semanas, por empreitada, por tipo de fruta e, muitas vezes, em distintas propriedades. Isto se dando ao longo de uma temporada que dura de 4 a 6 meses cada ano, tendo o trabalhador de em seguida deslocar-se para outro trabalho, muitas vezes em outra região. Todavia, esta grande maleabilidade, não impede que a relação de trabalho com o produtor ou *packing*⁴ dure muitas vezes vários anos.

Em 1985-1987 realizei um estudo nos três setores onde o trabalho temporário se implantou em toda sua profundidade: o florestal, o produtor de beterraba (principal setor do mercado interno) e o frutícola⁵. Em relação à profundidade da reestruturação, à desarticulação da vida social e exigência de flexibilidade do trabalhador, a mais extremada era a do setor florestal. Nem sequer existia ali uma relação direta entre as empresas e os trabalhadores, já que ela se dava exclusivamente através de contratistas⁶. Estes intermediários das relações trabalhistas eram eles mesmos temporeros, já que as tarefas básicas no setor florestal duram três meses, mais ou menos, cada uma (plantações de inverno, colheita — ou seja a derrubada ou roçagem — e construção de aceiros — a limpeza dos limites do bosque durante o outono). No tipo de produção em questão, em que se trabalha intensamente por 15, 20, 25 anos, o grupo de trabalho vai mudando de contratistas, de região e de empresa a cada três meses. O resultado é que nem sequer existe um mesmo coletivo que con-

⁴ *Packing*: na cadeia de produção da fruta, é a seção de acondicionamento e empacotamento das frutas após a colheita. (N.T.)

⁵ Falabella, G. (1990), “Trabalho Temporal y Desorganización Social”, em *Proposiciones*, Nº 18.

⁶ Contratistas: são arregimentadores de trabalhadores temporários para as propriedades de produção agrícola; têm seu equivalente na realidade do campo do Brasil na figura do “gato”. (N.T.)

tinue trabalhando com um mesmo contratista ou com uma mesma empresa de um lugar para outro. A vida social chega assim a sua mínima expressão.

No setor produtor de beterraba esta situação era mais estável devido ao caráter anual do cultivo. Inclusive o trabalho mais intensivo não se dava na época de colheita, no inverno, mas durante a roçagem, no verão. Também neste setor se constatava a desestruturação da vida social — embora não no nível encontrado no setor florestal — isto por que aos “trateros”⁷, migrantes de outras zonas, não se permitia residir na propriedade com suas famílias, temendo o patrão que surgisse uma organização sindical ali, como ocorreu no passado. Surgiu assim um mercado de trabalho local baseado nestes migrantes, que lhes permitiu negociar individualmente suas condições de contratação⁸. Havia migrantes das zonas mapuche, pré-cordilheranas e costeiras, homens sós, amontoados em “coletivos” dentro das propriedades, como fizeram anos atrás os “torrantes”⁹. Isto lhes possibilitava, ao menos em parte e enquanto durava o contrato — às vezes por até um ano — reconstituir sua vida social, deslocada pela distância de suas famílias, povoados ou bairros de origem.

No setor frutícola, pelo contrário, surgiram mercados locais de trabalho estruturados com a população local, nos Vales do Norte e Centro do país — com exceção dos extremos de Curicó e Copiapó¹⁰ —, ainda que a demanda de trabalho não ultrapas-

⁷ Tratero: temporero do setor produtor de beterraba. (N.T.)

⁸ Falabella, G. (1970), “Desarrollo del capitalismo y formación de clase: el torrate en la huella”, em *Revista Mexicana de Sociología*, Nº 32:1.

⁹ Torrantes: denominação dada aos trabalhadores agrícolas temporários até 1973, período anterior ao golpe militar que derrubou o governo Allende. (N.T.)

¹⁰ Rodríguez, D. e S. Venegas (1990), *De Praderas a Parronales*, GEA/Universidad de Humanismo Cristiano, Santiago do Chile; e Venegas, S. (1992), *Una gota al día... Un chorro al año. El impacto social de la expansión frutícola*, GEA/Universidad de Humanismo Cristiano, Santiago do Chile.

sasse os seis meses, diferentemente dos setores florestal e da beterraba. Também, em contraste com estes dois últimos setores, aqui existiam povoados rurais ou cidades relativamente importantes ao redor dos vales frutícolas, que vão desde o Huasco ao Cachapoal. Em consequência, neste setor a desestruturação social era bem menor, existindo, ademais, uma proximidade entre o lugar de trabalho e o de residência. Sem dúvida, o tipo de trabalho exigia uma flexibilização bastante profunda também, porque a labuta era muito intensa e durava até 6 meses. Nos outros 6 meses era preciso migrar para os vales onde não existiam estes mercados locais, como é o caso de Copiapó, o que desorganizava novamente a vida social, já desorganizada durante o verão quando o trabalho do homem se realizava durante o dia e o da mulher durante a tarde e a noite, não podendo o casal temporero encontrar-se nem sequer em casa: ela chegava às duas horas da manhã e ele se levantava às seis. Em Copiapó os temporeros migrantes, de Aconcágua e de outras regiões próximas a Santiago, devem organizar sua sobrevivência como melhor puderem. Houve casos de violações de homens jovens em espaços sociais onde as mulheres são maioria, relatados por espantados dirigentes camponeses nacionais em visita à região!

As mulheres são maioria na fruticultura (52% —e 62% em Aconcágua—) e dominaram sem contrapartida a vida do *packing* e dos povoados temporeros durante as noites nos últimos 10 a 15 anos. Surgiu ali uma cultura feminina bastante consolidada, destas “mães da noite” que trabalham durante as horas da liberdade. Fala-se de protagonismo, não somente dos jovens mas também das mulheres, que cumprem o papel fundamental na produção, pois realizam um trabalho mais especializado e manejam a fruta quando já está cortada e deve ser embalada no mesmo dia, como ocorre no caso da uva. Em consequência, elas têm um controle decisivo sobre o processo produtivo, porque as mulheres manipulam a fruta em sua etapa mais vulnerável, e a fruta cortada e deixada ao sol é poder de negociação em suas mãos! Por isso mesmo, obtêm maiores salários que os homens. São até 3 meses de trabalho noturno —

além dos 3 meses que dura a poda— durante 10, 12, 15 anos. Em geral os grupos vão se repetindo ano após ano e com eles o fluxo de cumplicidades entre estas mulheres. Nos *packings* de noite trabalham quase somente mulheres, só com a presença de um capataz, sem o patrão. Foi surgindo ali uma cultura e perspectiva trabalhista feminina. Suas demandas como assalariadas e um sentido de dignidade de setor de ponta (por trazerem as divisas ao país e não serem remuneradas de forma equivalente —”produzimos em dólares e ganhamos em pesos”—) se mesclou durante anos com suas reivindicações de gênero e de mães, devido às tensões decorrentes de terem abandonado os filhos para poderem trabalhar. Isso permite compreender sua peculiar cultura e espírito rebelde, mais acentuado que o do homem. Em Santa Maria, depois de sete anos de vida sindical, de um total de cinco, quatro dirigentes são mulheres.

Por serem mais abertos à reestruturação, o capital sempre busca os setores mais débeis e/ou mais flexíveis, como os jovens e as mulheres, para impor-lhes o peso e o custo da transformação em marcha. Mas há efeitos inesperados. As mulheres jovens desenvolvem durante seu trabalho noturno, paralelamente, “espaços de liberdade” em seus *packings* e povoados. São horas em que dorme o patrão, dormem o padre, o prefeito e o policial, dormem seus familiares, e o *packing*, o povoado e o bairro lhes pertencem. Esta cultura da liberdade no trabalho e no bairro, durante a temporada, permeia suas vidas dando um perfil peculiar a estas jovens mulheres assalariadas da produção da fruta.

A reestruturação feita sobre os ombros dos jovens e mulheres não é impedimento para que exista, paralelamente, um grau de satisfação curiosamente bastante alto no trabalho¹¹, provavelmente

¹¹ Díaz, E. (1991), Investigación participativa acerca das trabalhadoras temporeras da fruta, O Canelo de Nos, Chile. A resultados similares chegou a análise do “focus group” de mulheres temporeras em um estudo feito pela Corporação Mancomunal para a Fundação Ford: “Desarrollo con la gente, con la naturaleza en el Valle de Aconcágua (sus provincias “temporeras” de San Felipe y Los Andes). Informe de investigación não publicado, janeiro de 1995.

(e quem sabe justamente), porque existem estes espaços peculiares de liberdade. Isto ajuda a explicar a incorporação massiva desta população assalariada durante a temporada e o fato dela ser submetida a condições de trabalho extremas e desregulamentadas. Ou seja, existe uma adequação entre o tipo de demanda de trabalho, a necessidade de flexibilizar suas relações e um espírito juvenil permeável à mudança, em particular aquele da jovem mulher temporera.

Entre o fim do populismo e o Estado Liberal: relações catalisadoras, facilitadoras.

A segunda hipótese estabelece a adequação que existe entre a flexibilização das relações de trabalho, este tipo de jovem trabalhador —permeável às mudanças econômicas e trabalhistas, com uma cultura individualizada, de liberdade e autonomia— e o tipo de resposta que requer por parte das instituições que trabalham com ele. Por exemplo, o papel *catalisador* do programa de cuidado de crianças criado pela Casa do Temporero, e o papel *facilitador* de um Estado que contrata assessoria dessa instituição e expande o programa a sete vales frutícolas articulando empresários e temporeros, superando assim práticas de indiferença liberal, tanto como de populismo assistencialista e clientelista.

Oito anos atrás o autor que escreve este artigo criou esta organização não governamental (ONG), A Casa do Temporero, na Comuna de Santa Maria em Aconcagua, a 80 km de Santiago e Valparaíso, com o objetivo de responder ao processo de flexibilização, que trouxe extrema desregulamentação a estes trabalhadores. No estudo já nomeado¹², por mim presidido, a situação se caracterizou como “a institucionalização da desconfiança, da incerteza e da desorganização social”, efeito da ação transformadora do regime militar em reação às políticas de um governo marxista. O resultado foi uma reestruturação muito profunda da vida social. Fala-

se da institucionalização da desconfiança, pois o sistema de relações entre trabalhadores e empresários é muito precário, baseado em vínculos efêmeros. Esta flexibilização extrema pode ser simbolizada, como já fizemos nas páginas anteriores, pela duração dos contratos de trabalho: no setor da beterraba são por “acordos” e praticamente ao dia; no florestal, são de três meses, incluindo até os contratistas, que também têm contratos de três meses; e no setor da fruta, as contratações são no máximo por três semanas, por acordos e por tipo e variedade de fruta. Estes contratos curtos são absurdos, porque os trabalhadores tendem a se repetir ano após ano nos mesmos *packings* e propriedades, da mesma forma que é absurdo o trabalho por empreitada em um produto onde a qualidade é decisiva.

A experiência da Casa do Temporero definiu-se como “um lugar de encontro” deste mundo do trabalho juvenil disperso, através de programas que iam ao coração de suas necessidades, como o cuidado de crianças e informação sobre leis trabalhistas para suas mães trabalhadoras, e festas durante a colheita, já que não há nenhuma outra possibilidade de que se “encontrem” as pessoas durante o verão senão através destes programas. Quando se trabalha 12 ou 14 horas durante 6 dias da semana não cabe ministrar cursos sobre a história social ou política do Chile. Isso se realizou através da Escola de Inverno, que ofereceu estes e outros cursos de caráter técnico. O objetivo foi abrir um espaço para a reorganização social de sujeitos muito individualizados, e foi alcançado só na medida em que se combinaram estratégias que cobriram demandas individuais e sociais.

Com efeito, após 3 meses do estabelecimento da Casa, surgiu um sindicato de grande influência. Nasceu de uma greve muito dura e vitoriosa no *packing* de uma das grandes exportadoras. As mulheres sentem o sindicato como algo próprio (“nós o formamos, porque vocês (os homens) não se atreveram...”), diferentemente de tantos outros setores produtivos, a ponto de hoje, como já observamos, 80% de seus dirigentes serem mulheres. O Sindicato nasceu com um grande índice de sindicalizados,

¹² Ver nota 5. (N.T.)

chegando a representar 35% da força de trabalho temporera do município, enquanto que nos outros municípios do país a sindicalização temporera não chegava a 1%. Mas, no ano seguinte, as jovens mulheres dirigentes dessa greve, e núcleo central do sindicato não foram reincorporadas ao trabalho. Quando nós indagamos, como Casa do Temporero, porque elas aceitavam esta repressão e não defendiam a organização, a resposta foi: “eu não vou me humilhar frente a esse sujeito; em qualquer *packing* do Vale me dão trabalho”. A nossa lógica foi defender a organização; a delas, respeitarem-se a si mesmas. Primeiro está o “eu”, como dizem elas, e depois a organização: dois projetos, duas experiências, duas classes sociais (trabalhadoras e profissionais) que se encontravam e negociavam os termos de sua colaboração.

O relato reflete o diálogo de duas culturas, a dos anos sessenta, representada por nós, os profissionais e “professores sindicais” que trabalhavam no projeto, e a dos noventa, em particular a deste jovem, esta nova mulher jovem assalariada, surgida da radical reestruturação flexibilizadora do trabalho na fruticultura de exportação. Outro exemplo desta nova cultura emergente se deu quando se formaram os grupos de mulheres jovens no interior do Sindicato, apoiados pelos programas de mulheres da Casa do Temporero. O primeiro tema que surgiu nestes espaços femininos foi a reafirmação do pessoal: o “eu”, porque, em suas palavras, “se estou bem, a casa está bem, as crianças estão bem, a família está bem”.

Surgiu assim a necessidade de institucionalizar no projeto profissional, na organização social e na relação do Estado com elas, novas formas que dêem expressão ao eu individual e seu ser social. Anteriormente tudo era social e a pessoa se dissolvia na massa perdendo seu perfil particular. Neste mundo emergente o individual precede ao social. Mas também colocamos, como Casa e como Sindicato, o direito à negociação coletiva dos temporeros antes da temporada, pois sem este direito a organização sindical, embora exista formalmente, não terá sentido. O sindicato existe para negociar, para melhorar as

condições de vida e trabalho. Do contrário continuarão as práticas atuais em que a ação coletiva trabalhadora terá só uma existência pontual e efêmera: por volta do 1 de fevereiro, que é o pico da temporada frutícola em Aconcágua, as mulheres jovens param às 2 da tarde e a fruta cortada pela manhã fica exposta ao sol. A cada minuto que passa os salários sobem 1% e trabalhadoras e empresários chegam a um acordo em não mais do que 20 minutos. Depois, não há mais o que conversar, o coletivo se desmonta, a qualidade da fruta segue baixa, assim como sua participação nos mercados internacionais, e os temporeros seguem sem previdência social, sem comida, transporte adequado, saúde, durante todo o ano, nem moradia adequada, menos ainda trabalho fora da temporada. Desta maneira o sindicato não tem sentido. Este sistema de desproteção se institucionalizou durante os duros anos da ditadura, no qual o desemprego chegou a mais de 30%.

Estas variadas necessidades até hoje não enfrentadas tornam necessário estabelecer, através de outra lei, um sistema de serviços com financiamento provavelmente tripartite (por exemplo, que envolva municípios — para o que seria necessário postular um fundo nacional para este fim —, empresários e trabalhadores), com contribuições iguais para cada um e a exigência de contribuição do terceiro quando as outras duas partes tenham levantado os recursos.

Realizamos um segundo diagnóstico depois de uma primeira experiência de três anos e descobrimos que, após o grande dilúvio, houve uma “Arca de Noé” da qual saíram alguns animaizinhos que começaram novamente a repovoar a terra, como está dito na Sagrada Escritura¹³. Assim, depois da atomização e desorganização social que se seguiu

¹³ “Organizarse y sobrevivir en Santa María. Democracia social en un sindicato de temporeros e temporeras”. Trabalho apresentado no 47º Congresso Mundial de Americanistas, Nova Orleans, USA, 7-11 de julio de 1991. A ser publicado em inglês sob o título “Conspiracy spaces and union democracy in Santa María”, Jonathan Fox, ed. MIT.

à des-reforma agrária, reapareceu a vida social entre essas mulheres dos *packings* e a população trabalhadora da noite, e em seus povoados e bairros de periferia começou a reemergir uma nova vida social e a refazer-se uma nova convivência. Isso não ocorre na fruticultura de Copiapó, nem na zona florestal, nem na zona da beterraba, pois não existem ali mercados de trabalho locais institucionalizados em torno aos povoados temporeros, como nos demais vales frutícolas. Mas onde existiam estes povoados e novos mercados de trabalho locais, após 10, 12 e 15 anos, surgiu novamente a vida social, com novas lealdades, novas solidariedades, novas cumplicidades, ainda que o individual tenha primado sempre como eixo da vida social.

Desde 1993 o Serviço Nacional de Capacitação e Emprego (SENCE), recolhendo a experiência desenvolvida em Santa Maria, criou uma linha especial de capacitação para trabalhadores temporeros durante a baixa estação nos três vales (Aconcagua, Maipo, Cachapoal), onde se reproduziu a experiência da Casa do Temporero, com o apoio do Governo da Noruega e o Ministério de Agricultura¹⁴. Isso permitiu começar a enfrentar deficiências de capacitação próprias à fruticultura (com o curso sobre manejo integral de frutas, por exemplo), assim como o desemprego de inverno (com os cursos de alvenaria, hotelaria, secagem de frutas, gestão de microempresas).

A partir dos egressos do curso de alvenaria propusemos a criação de uma bolsa de trabalho. Esta foi uma forma de responder aos empresários que, acossados pelo surgimento dos contratistas que os estavam despojando de sua mão-de-obra local e cativa, pediram que formássemos essas bolsas para que os temporeros não se comprometessem com

¹⁴ Ver Venegas, Sylvia (1992), “Programas de apoyo a temporeros y temporeras en Chile” en Gómez, S. y Emilio Klein (eds.) *Los pobres del campo*, FLACSO/PREALC, Santiago do Chile; e Ministerio de Agricultura-Chile (1995), *Proyecto centro de servicios para trabajadores de temporada agrícola. Un esfuerzo mancomunado de apoyo a los temporeros*, Santiago do Chile.

aqueles, seja para a temporada de Copiapó ou localmente. Assim, os temporeros chegarão, através da capacitação, em muito melhores condições para vender sua força de trabalho, podendo desenvolver, inclusive, formas coletivas de contratação. No curso de alvenaria, por exemplo, também recebem formação em negociação coletiva na seção de leis trabalhistas.

O programa Casa do Temporero foi concluído depois de institucionalizar um trabalho de duas Confederações e três ONGs, as Corporações de Desenvolvimento, nestes três vales, incluindo nove sedes, dois programas nacionais (cuidado de crianças e capacitação na baixa temporada), duas leis nacionais (direitos básicos e corresponsabilidade dos produtores e contratistas) e a negociação coletiva em discussão atualmente no Congresso.

Foi iniciado um novo ciclo no trabalho profissional com os temporeros, centrado agora na queda do emprego de temporada e no desemprego de pós-temporada. Para isso concluiu-se recentemente um estudo para a Fundação Ford acerca da crise econômica do Vale de Aconcagua (o primeiro a reconverter-se, há mais de 15 anos, à fruticultura da uva de exportação), sobre os atores sociais e governos locais com que se conta para se fazer frente a esta crise, e os caminhos de saída para ela. Quando se atravessa o túnel de Chacabuco, aparece o Vale como um só parreiral, o que traz dificuldades quando cai o preço da uva, quando se saturam os mercados. Ainda mais que os parreirais concluíram seus 15 anos de vida útil, sem que se tenha pago as inversões iniciais —o que os deixa sem acesso ao crédito— sem renovar os pomares; ademais, surgiram variedades de uva muito mais competitivas, produzidas em outros vales, para mercados mais competitivos, com melhor tecnologia e fácil acesso ao crédito (muitas vezes pelas próprias exportadoras de maior envergadura — que ao todo não são mais de cinco).

O estudo —baseado em uma de suas partes em “focus groups” de produtores, empresários não frutícolas, camponeses produtores para exportação, temporeros/as e trabalhadores permanentes— conclui que a saída para a crise é multissetorial, e requer

um desenvolvimento diversificado com criação de emprego para o ano todo. A base de sustentação de um tal projeto de desenvolvimento é assim uma nova institucionalidade, que inclua municípios com maior capacidade de gestão própria, e que conte, para isso, com um sistema de apoio profissional comum a eles. Ademais, formas acertadas de relações entre as empresas locais com as Universidades, as Corporações de Desenvolvimento, os Sindicatos e os órgãos descentralizados do Estado; e com acesso ao crédito, informação, treinamento, extensão, experimentação e formas negociadas de acesso aos mercados. Em particular o projeto atual — da Corporação Mancomunal, a ONG herdeira da Casa do Temporero — se propõe formar, para estes fins, fundos de garantia, agências de capacitação e emprego, banco de dados para o Vale e comprometer as universidades em trabalhos de extensão na região.

Conclui-se esta seção estabelecendo que existe um novo tipo de ação estatal e estilo de ação social das Corporações de Desenvolvimento sem fins lucrativos, que se correspondem com o novo tipo de ator individual e social que nasce desta reestruturação econômica e flexibilização do trabalho tão profundas.

Primeiro, este tipo de situação que descrevemos convida a uma ação estatal *facilitadora*, ou seja, não populista, uma vez que ação populista o Estado toma para si o encargo do que só ele pode realizar e também do que outros podem fazer, invadindo toda a vida econômica, social, política e cultural. Sob as condições descritas, de pessoas muito individualizadas, este tipo de Estado não tem sentido, não serve. Tão pouco serve o Estado liberal, no qual cada um se arranja como melhor pode e não é problema de ninguém o que sucede ao vizinho. Nenhum deles é apropriado ao caráter do temporero e à imensidão de suas necessidades de todo tipo. Tem sentido, por outro lado, um Estado que se faz responsável, que acompanha, *abrindo espaços* para que a própria sociedade civil opere a transformação social.

Segundo, cabe recordar que, antes, a ação social era basicamente reivindicativa e centrada na

mera redistribuição. Hoje em dia, sem perspectivas de que a lei de negociação coletiva seja aprovada, com um Estado com poucos recursos, menor e mais indiferente, com empresários que não têm, do ponto de vista legal, quase nenhuma obrigação social, a estratégia social deve combinar várias formas. Em primeiro lugar, deve-se resgatar o *mutualismo*, porque se ninguém toma para si as responsabilidades, as pessoas têm que se juntar para, elas mesmas, se fazerem responsáveis pelas suas necessidades básicas, como as Mancomunales do norte no século passado que nasceram recolhendo a cota mortuária de seus filiados para não deixar insepultos seus companheiros trabalhadores do salitre. Ali começa a ação solidária: na própria casa. No século passado, o mutualismo se expandiu fortemente no Chile porque, justamente, havia uma economia internacionalizada e um Estado liberal que pouco se importava com a sorte das pessoas, e empresários sem nenhuma responsabilidade, nem exigências que sobre eles pesassem. Hoje em dia, o mutualismo é muito importante em certas áreas, inclusive como a saúde e previdência social, como demonstraram os trabalhadores bancários constituindo seu próprio sistema privado de aposentadoria, a AFP.

São importantes, em terceiro lugar, que os temporeros, ante sua total desproteção, possam estabelecer sistemas de *alianças* com outros atores afins, como Corporações de Desenvolvimento, um Governo aberto e um Estado menor, mais descentralizado, muito mais cooptável pelas organizações sociais. Deve-se negociar com o Estado, obviamente, e sendo assim é necessário aliar-se com os diversos setores que estejam dispostos a apoiá-los a partir do Estado ou em sua relação com ele, como ocorreu no projeto apoiado pelos Noruegueses. Sobre a base destas alianças com organizações e entidades estatais afins será mais possível para os temporeros estabelecerem, em quarto lugar, *negociações* sociais amplas com empresários e outros órgãos do Estado como no projeto proposto de serviços municipais tripartites para temporeros.

Estabelecidas estas amplas relações, é possível e perfeitamente necessário desenvolver, finalmen-

te, estratégias reivindicativas de *luta* social, baseadas em contradições de interesses legítimos e legitimados em seu mutualismo, alianças e negociações amplas, sem as quais não haverá participação dos temporeros nos frutos do desenvolvimento que eles trouxeram ao país.

Do ponto de vista de uma Corporação de Desenvolvimento sem fins lucrativos, que apóia um processo deste tipo, sua ação social se define como *catalisadora* de um desenvolvimento econômico distinto, como no caso do projeto em andamento de desenvolvimento diversificado com criação de emprego para enfrentar a crise atual do Vale de Aconcágua.

Juventude temporera e movimento social.

Finalmente, só se esboçará a terceira hipótese que guiou a exposição. Essa hipótese estabelece que a flexibilização das relações trabalhistas, que resulta da reestruturação econômica e que produz um jovem mais personalizado e cidadão (com maior noção de direitos e dignidade), e que, por sua vez, tem correspondência com um certo estilo de relação estatal e de Corporações de Desenvolvimento (caracterizados como facilitador e catalisador, respectivamente), são sincrônicas, com um tipo peculiar de resposta coletiva por parte dos temporeros.

O movimento social que surge caracteriza-se pelo fato de cada indivíduo manter seu próprio perfil, sem diluir-se no grupo, mediante sua adesão mais ou menos consciente à ação coletiva; como ocorre, por exemplo, em uma greve de mulheres em um *packing*. São movimentos de indivíduos personalizados, movimentos de cidadãos nos quais persiste o indivíduo para além do fato de que se atue pontualmente de forma coletiva. Este tipo de movimento e natureza da relação com seus membros e o caráter deles se parecem muito mais com os movimentos culturais surgidos nos Estados Unidos e Europa a partir dos anos sessenta e setenta, como os movimentos contra a guerra do Vietnã, os movimentos antinucleares, ecologistas, de mulheres, de

jovens¹⁵ do que com os movimentos sociais populistas latino-americanos, pré-diluvianos, nos quais ocorria uma dissolução do indivíduo no coletivo, enquanto o caráter deste último muitas vezes se resumia a de uma mera massa social manipulável.

No tipo de movimento como o aqui apresentado, a relação entre o individual e o social é mais fértil, mais interessante, com mais possibilidades, e as condições de cooperação, ao menos enquanto dure o movimento, são bastante menores. O ponto a sublinhar é, no caso descrito, que a organização dura tanto como o movimento, não mais de 20 a 40 minutos. Poderia-se definir a relação como de “negociação” de cada membro no interior da organização ou movimento. Trata-se, precisamente, de uma concepção moderna de participação: “a luta pelos termos da incorporação”, na qual os membros da organização mantêm um nível de controle do movimento durante seu desenvolvimento.

Compreender este fenômeno é fundamental para entender o caráter da ação social destes jovens trabalhadores sob as atuais condições. E no caso que descrevemos, claramente o ordenamento é primeiro o “eu”, depois “nós”. Esta articulação permite relações frutíferas com um Estado facilitador, que se faz responsável pela sorte de seus cidadãos, sem inibir sua capacidade de ação coletiva; e se liga também com uma Corporação de Desenvolvimento dinâmica, catalisadora de um desenvolvimento com a organização, com o movimento social, com as pessoas e com uma organização social que respeita o espaço, os direitos e o controle social dos membros em seu interior.

¹⁵ Ver por exemplo, Jo Freeman, *Social Movements of the 60's and 70's* (Nueva York: Longman, 1983) e Alain Touraine, *Antinuclear Movement*, (Cambridge: Cambridge University Press, 1979).